

CONSUMO E ENDIVIDAMENTO UNIVERSITÁRIO

Guilherme Roberto Messias

Bacharel em Administração graduado pela UNIFACP – Centro Universitário de Paulínia e ex-aluno do Projeto de Iniciação Científica

Prof. Me. João Gilberto Vedovello

Mestre em Administração pela Faculdade de Campo Limpo Paulista/SP. Professor de Graduação da UNIFACP – Centro Universitário de Paulínia e Orientador do Projeto de Iniciação Científica

RESUMO

Este artigo busca apresentar à comunidade os resultados obtidos no Projeto de Iniciação Científica da UNIFACP - Centro Universitário de Paulínia, que analisava a relação entre consumo e endividamento universitário. Face aos resultados obtidos a partir do modelo de pesquisa sugerido por Lima (2016), toda a comunidade acadêmica é convidada a contribuir na construção e ampliação do conhecimento sobre Educação Financeira oferecida aos estudantes.

Palavras-Chave: Consumo, Endividamento, Educação Financeira, Administração

1 – INTRODUÇÃO

O cenário recessivo que o país se encontra nos últimos anos contrasta com a sensação vivida em períodos anteriores, com aparentes índices de melhora na qualidade de vida dos cidadãos. Se observados recorte de 10 e 15 anos, o Brasil possuía boas taxas de crescimento econômico, índice de desemprego significativamente menores que os atuais e decréscimo das taxas de pobreza e desigualdade. Um dos termos mais comentados à época era sobre a ascensão da classe média baixa (Classe C) e o aumento do consumo que esta classe trazia à economia brasileira (MENDES, 2015).

Logo, o ensino superior passou a ser um dos principais objetivos da Classe C, por reconhecer, neste, uma oportunidade de ascensão social e melhoria da qualidade do emprego. Segundo Souza (2017), o Mapa do Ensino Superior no Brasil publicado em 2017, referente aos indicadores até o ano de 2015, mostrava que as classes C e D participavam ativamente da população de ensino superior.

Medidas governamentais como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) foram amplamente divulgados e muitos destes estudantes utilizaram destes estímulos para ingressar no ensino superior (LA FORTEZZA, 2014).

Segundo Capelato (2017) o número de alunos financiados saltou de 76 mil em 2010, para 732 mil em 2014, o que representou um ingresso expressivo de estudantes no ensino superior e, por conseguinte, um aumento das Instituições de Ensino Superior (IES) e do seu número absoluto de alunos matriculados.

Entretanto, em 2015, a economia brasileira começa a mostrar indicadores de um cenário recessivo, como a queda do PIB em mais de 3,5% se comparado com 2014, um dos últimos anos desta prosperidade momentânea. No ano de 2016, nenhum indicador apresentou melhoria (MENDES, 2015).

Ainda no longínquo 2015, acentuou-se a crise política e institucional, com diversas investigações e descobertas de acordos ilícitos, contratos fraudulentos e desvio de funções daqueles que representavam os poderes públicos. Tudo isso refletiu na economia no cenário interno e internacional (MENDES, 2015).

Com o cenário exposto, empresas das mais diversas naturezas foram obrigada a encarar um período recessivo que se alastrou pelos últimos anos e que ainda produz consequências de natureza econômica e social.

Um dos grupos prejudicados pelo agravamento econômico foram as IES, que observaram um decréscimo do número de estudantes de todas as classes, por conta do desemprego e das incertezas econômicas, bem como da evasão das classes C e D, por conta das regras mais rígidas dos financiamentos estudantis (CAPELATO, 2017).

A qualidade de vida está diretamente ligada aos processos de educação financeira, oferecendo um modelo gerenciável da renda e, com isso, de menor oscilação contra cenários negativos que acontecem ciclicamente nas economias (OCDE, 2015).

Discutir a educação financeira, o endividamento em suas diversas formas e os mecanismos que permitem identificar as lacunas e trazer à consciência é dever de todos os organismos sociais, incluindo as Instituições de Ensino Superior (IES) no oferecimento de contribuição real à vida dos estudantes.

Em situações de crise, como a presenciada nos últimos anos, muitas pessoas buscam o crédito de maneira incorreta, com altas taxas empréstimos consignados e uso de cartões de crédito como forma de rolagem da dívida. Com isso em jogo, a restrição de crédito aumenta, os juros disparam e a inadimplência se torna real.

Assim, este trabalho buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: Qual o grau de endividamento dos estudantes do ensino superior e qual o nível de conhecimento financeiro, endividamento e planejamento por eles realizado?

2 – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 *Educação Financeira*

Educação financeira pode ser compreendido como um conjunto de conhecimentos e habilidades ofereçam segurança e aprimoramento do indivíduo em suas diversas ações que dependam da saúde financeira para sua execução.

Dentro deste conjunto de conhecimentos destacam-se os conceitos macroeconômicos, que auxiliam na explicação das variáveis que norteiam a economia de um país, de suas empresas e da população. O segundo conjunto diz respeito ao universo dos agentes financeiros, que oferecem produtos e serviços para a sociedade. O terceiro conjunto diz respeito aos indivíduos e a percepção que estes possuem de todo o cenário macro e microeconômico que o envolve (LUCCI et al, 2006).

Souza e Torralva (2004), postulam que a educação financeira é útil durante toda a vida dos indivíduos, uma vez que ela obriga a interpretação real dos fatos, das possibilidades dos recursos e do estabelecimento de metas.

A educação financeira deve ser iniciada desde cedo, a partir de quando a criança começa a demonstrar desejos próprios, para que desde cedo, a criança aprenda a importância de conquistar pequenos ganhos monetários, normalmente alcançado através da realização de trabalhos domésticos (OLIVERI, 2013).

Vale lembrar que educação financeira não consiste apenas em corte de gastos e redução de despesas, mas em compreender as melhores ações a serem tomadas para que o indivíduo tenha mais segurança material no futuro, seja em sua vida pessoal, seja com as finanças do seu negócio (DINO, 2017).

O reflexo da falta da educação financeira pode ser percebido quando o indivíduo, ao efetuar uma compra, se preocupa apenas em saber se as parcelas se encaixam dentro do seu salário, muitas vezes não analisando os juros embutidos e seu valor final. Essa atitude demonstra que uma das causas do grande número de famílias endividadas está relacionada a falta de percepção do que realmente é necessário e a falta de informações sobre planejamento financeiro tem levado muitas famílias ao endividamento, dando a entender a relevância de abordar tal tema desde a infância (DESTEFANI, 2015), pois a educação financeira se mostra importante ao auxiliar o sujeito a ter entendimento sobre seus princípios e modificando suas atitudes, tornando possível a organização de seu orçamento e até mesmo de seu perfil e atitude diante das compras (DINO, 2017).

Por fim, Cavalcante et al. (2014) sinaliza que a sustentabilidade financeira do indivíduo está diretamente relacionada à forma como este administra suas finanças, independentemente do valor do salário.

2.1.1 Endividamento Pessoal

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, o país alcançou a marca de 62,2% de famílias endividadas no mês de dezembro de 2017. Estar endividado nem sempre representa um problema, visto que as parcelas podem estar dentro do orçamento familiar (ABDALA, 2018).

O endividamento pessoal pode estar relacionado a créditos de fácil acesso, como cartões de crédito, carnês e cheques pré-datados (BONOMO; MAINARDES; LAURETT, 2017), e juntamente com o desemprego, a falta de planejamento e controle financeiro leva muitas famílias a lidar com um cenário de acúmulo de contas atrasadas e poucos recursos, e essa falta de controle financeiro leva muitas pessoas a fechar o mês com as finanças no vermelho (DINO, 2017).

2.2 Indicadores Macroeconômicos

Indicadores Macroeconômicos são dados estatísticos publicados por governos e agências privadas em relação ao país, região ou certa atividade. Tais indicadores fornecem uma visão ampla do desenvolvimento econômico relacionado ao tópico analisado, impactando o mercado de ações e servindo de base para tomadas de decisão (ALPARI, 2017).

2.2.1 Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e serviços produzidos em um país durante determinado período (ALPARI, 2017), com o objetivo de medir a atividade econômica e o nível de riqueza de uma região. Há também o PIB per capita (ou por pessoa), através dele é mensurado quanto do total produzido “cabe” em cada pessoa, supondo-se que todos recebem partes iguais (NAIME et. al., 2017).

Com o PIB alto, há um crescimento na economia, resultando em mais dinheiro disponível para a população. Com essa renda “extra”, o consumo tende a aumentar também, favorecendo o crescimento de empresas atuais e estimulando a abertura de novas, que em ambos os casos resultarão em contratação de mais mão de obra, elevando o nível de emprego. Mais funcionários resulta em uma produção maior, levando a um aumento da oferta de produtos e serviços, favorecendo para a queda de preços e ajudando a controlar a inflação. Entretanto, o PIB não leva em conta a desigualdade de renda, já que há extremos de riqueza e pobreza, mas existe uma relação quase direta entre o PIB per capita e o IDH (índice de desenvolvimento humano), quanto maior o PIB per capita de um país, maior tende a ser o IDH (NAIME et. al., 2017).

Entram no cálculo do PIB: Bens e produtos finais; serviços prestados e remunerados; investimentos de empresas com a finalidade de ter uma produção maior no futuro; gastos do governo, sendo estes direcionados ao atendimento da população. Não entram: Bens intermediários, como matéria prima; serviços não remunerados; bens já existentes, como a venda de um automóvel usado; atividades informais e ilegais (NAIME et. al., 2017).

2.2.2 Nível de emprego

O desemprego e a recessão econômica vem sendo os principais fatores causadores da desordem financeira pessoal e empresarial. Perder o emprego durante um momento de crise geralmente resulta nos cadastros de inadimplência por falta de recursos para arcar com os compromissos assumidos (SERASA, 2017).

2.2.3 Inflação

O termo “inflação” é visto comumente como um aumento geral no nível dos preços e seguindo este contexto, seu oposto seria “deflação” e caso os preços não se movessem, haveria uma “estabilidade dos preços”. Porém nenhum desses termos é exato, já que são construções estatísticas e, como tais, são imprecisas e podem vir a ser manipuladas (MUELLER, 2011).

A teoria convencional identifica a inflação como sendo de demanda e de custos, porém em economias emergentes, foi identificado a inflação inercial. A inflação de demanda ocorre quando há uma procura maior do que a oferta disponível, sendo influenciada por fatores como: aumento de renda disponível (seja por aumento salarial, redução da carga tributária, etc); expansão dos gastos públicos, já que haverá uma demanda maior de bens e serviços, levando a uma pressão no nível de demanda agregada; expansão do crédito e redução das taxas de juros, pois a tendência é um crescimento no consumo, resultante da abundância de crédito (CASTOLDI, 2003).

Já a inflação de custos ocorre quando não há alteração no nível de demanda, mas os custos de alguns fatores importantes se elevam, provocando uma retração da oferta, levando a um aumento nos preços (JASKULSKI, 2010).

Entre os fatores causadores do aumento de custos, destacam-se: taxa de juros, desvalorização cambial, aumento de preços externos, custo da mão de obra e aumento da carga tributária (CASTOLDI, 2003).

2.2.4 Taxa de Inadimplência

Foi registrado em maio de 2017 um nível recorde de 61,1 milhões de consumidores e 5,1 milhões de empresas em estado de inadimplência pelo país.

Alguma das características dos consumidores inadimplentes são: 50,9% deles são homens, tornando-se maioria; os mais atingidos são pessoas que ganham de 1 a 2 salários mínimos, totalizando 39,1%, seguida de 38,8% de pessoas com até 1 salário mínimo; 37,3% dos inadimplentes possuem apenas uma dívida, mas 30,7% possuem quatro dívidas ou mais; 19,4% dos inadimplentes tem entre 41 e 50 anos, sendo seguido por jovens de 18 a 25 anos, que totalizam 14,9% (SERASA, 2017).

Vale ressaltar que diferente do endividamento, a inadimplência é um estágio em que o indivíduo não consegue pagar seus compromissos (LUCENA et. al., 2014), em outras palavras, a inadimplência é o não pagamento de uma dívida, sendo assim, o consumidor que está com uma dívida em aberto acaba se tornando inadimplente (SERASA, 2017).

2.3 Mercado Financeiro

2.3.1 Contratos de crédito

Um crédito bancário é um direito que o banco adquire, por meio de um empréstimo em dinheiro (real ou potencial) a um cliente, de receber deste em uma data futura o valor em dívida, cujo valor total é o mesmo da entrega inicial com o acréscimo de um valor fixado para esse serviço (APB, 2011).

Porém, antes de disponibilizar a quantia desejada pelo cliente, a instituição deve saber o risco que está assumindo, afim de evitar riscos desnecessários que possam vir a pôr em dúvida sua liquidez e reputação (FERREIRA, 2010).

Segundo uma pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção de Crédito e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, as modalidades de crédito mais escolhidas pelos brasileiros são de cartão de crédito, cartão de lojas e crediário/carnê. O levantamento mostrou que dentre os empréstimos solicitados, cartão de loja e cartão de crédito, em sua maioria, só foram adquiridos após oferta da empresa (CNDL, 2017).

2.3.2 Modelos de investimento

Valores mobiliários: São documentos emitidos por empresas ou outras entidades, que representam direitos e deveres, podendo ser comprados e vendidos (AEM, 2018).

Ações: É um valor mobiliário, emitido por sociedades anônimas, que representa parte de seu capital social, com a finalidade principal de captar recursos para viabilizar projetos. Essas ações são classificadas em ordinárias e preferenciais, sendo que as ordinárias dão ao seu detentor direito de voto nas assembleias de acionistas e as preferenciais permitem o recebimento de dividendos em valor superior ao das ações ordinárias (BM&FBOVESPA, 2016).

Debêntures: São títulos de dívida emitidas por sociedades anônimas de capital aberto ou fechado e utilizadas para financiar projetos e reestruturar dívidas da empresa, gerando ao investidor o direito de receber uma remuneração e o valor investido (BM&FBOVESPA, 2016).

Fundos de investimento: É um investimento coletivo sob a forma de condomínio cujo investidores compram cotas que serão investidas em ativos por um terceiro (STUMPF, 2017).

Clubes de investimento: Ao contrário dos fundos, podem ser construídos por pessoas comuns – no mínimo 3 e no máximo 50 participantes – sendo necessário para sua criação um administrador, que deve ser uma corretora e uma instituição para efetuar a distribuição dos títulos (STUMPF, 2017).

Poupança: Considerado como a opção mais segura e indicada para quem não está disposto a correr riscos, apresenta rendimento de 0,5% ao mês, acrescido a variação da taxa referencial (PDI, 2015).

CDB's e RDB's: Os CDBs (Certificado de Depósito Bancário) são títulos bancários para a captação de recursos junto aos clientes, proporcionando-lhes rentabilidade durante um prazo, que deverá ser combinado previamente. É tão segura quanto a poupança e é indicado para investidores com conta corrente. A principal diferença entre um CDB e um RDB (Recibo de Depósito Bancário) é que o RDB é inegociável e intransferível (BM&FBOVESPA, 2016).

Títulos públicos: São títulos emitidos pelo Governo Federal com o objetivo de financiar a dívida pública e atividades governamentais (educação, saúde, etc). São emitidos e controlados pela Secretaria do Tesouro Nacional e possui várias opções com prazos e rentabilidade diferentes (BM&FBOVESPA, 2016).

3 – METODOLOGIA

“...atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”. (MINAYO e DESLANDES, 2007, p.25)

A pesquisa ora realizada é de caráter descritiva que, de acordo com Vergara (2016) e Silva e Menezes (2005), busca evidenciar características de uma população ou fenômeno, relacionando as variáveis, para auxiliar na explicação dos fatos. Para Silva e Menezes (2005), a pesquisa descritiva.

O universo da pesquisa contemplou estudantes do ensino superior privado e a amostra compreende àqueles que responderam ao chamado da pesquisa, sem distinção de curso ou semestre.

A amostra foi selecionada sem uma análise de probabilidade ou conveniência, que de acordo com Boyd & Westfall (1984), é o método de amostragem adequado para uma população desconhecida. Ainda de acordo com o autor, tal amostra tem baixo custo agregado, é rápida na obtenção de informações e é adequado quanto o tempo é limitado à pesquisa.

A coleta de dados foi realizada em duas etapas, com a revisão bibliográfica e posterior escolha e adaptação de questionário.

A revisão bibliográfica envolveu a leitura de livros, teses, dissertações, periódicos, revistas e jornais, na expectativa de aprofundamento sobre o assunto e, em última instância, no suporte à formulação dos objetivos estudados.

O questionário foi adaptado do modelo proposto por Lima (2016), uma vez que sua linha de pesquisa possui semelhança com os objetivos aqui propostos.

Uma vez adaptado o questionário, foi elaborado um modelo eletrônico e o link da pesquisa foi encaminhado aos representantes discentes dos cursos, para que estes pudessem divulgar em suas salas e, os interessados, pudessem participar do levantamento.

Foram coletados 208 questionários, número base para levantamento dos dados. Convém ressaltar que o número total de respostas coletadas à cada uma das perguntas realizadas, quando estas não forem únicas e obrigatórias, pode apresentar um número de respostas diferente, visto que algumas destas questões permitiam respostas múltiplas ou mesmo que a mesma fosse deixada em branco.

4 – ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base na coleta dos resultados, os resultados foram divididos em quatro grupos distintos de análise. O primeiro identifica o perfil psicográfico dos respondentes, o segundo grupo analisa os tipos de dívidas percebidas, o terceiro grupo discute as razões pelas quais dívidas são contraídas e o quarto e último grupo discute as habilidades financeiras dos respondentes.

Para efeito de interpretação e leitura, as análises de cada grupo são feitas ao início de cada sub tópico e, posteriormente, os gráficos que representam a unidade são apresentados.

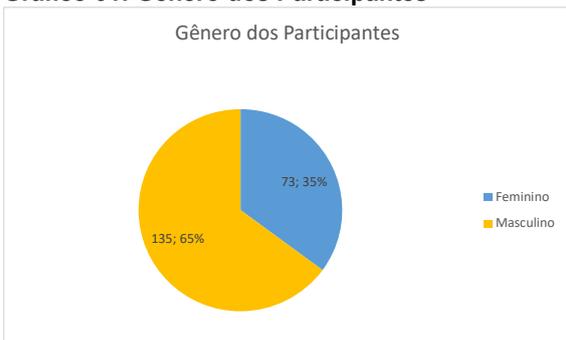
4.1 Da Caracterização do Público Respondente

A população respondente é preponderantemente masculina, com 65% dos respondentes. Tal número, como já mencionado, foi alcançado de maneira espontânea, uma vez que respondentes de ambos os sexos foram convidados a participar do levantamento.

Embora forme um grupo com diferentes faixas etárias, 72,11% dos respondentes possui até 30 anos, o que sinaliza uma população jovem, ainda no processo de consolidação profissional, buscando melhor qualificação e remuneração consequentemente.

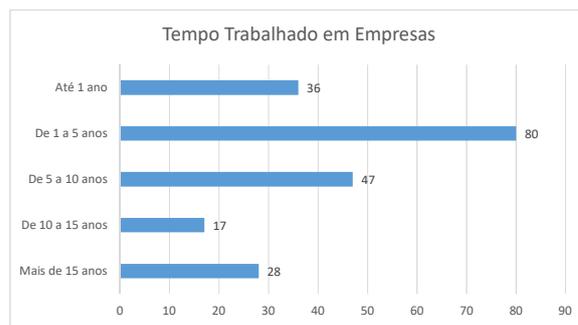
Tal perfil é corroborado ao identificar que 55,76% dos respondentes possui até cinco anos de experiência profissional, denotando uma população respondente extremamente jovem e com pouco tempo de mercado de trabalho.

Gráfico 01: Gênero dos Participantes



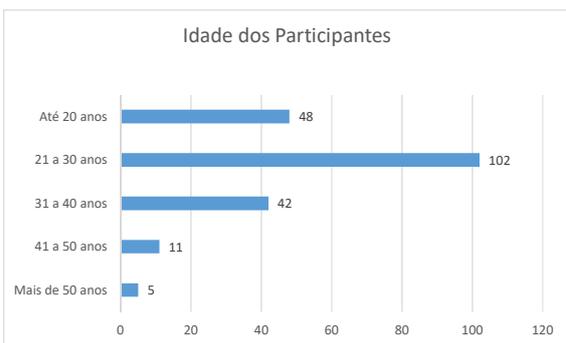
Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Gráfico 03: Tempo de Trabalho



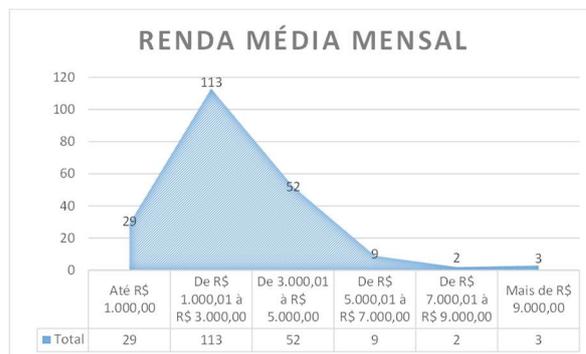
Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Gráfico 02: Idade



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Gráfico 04: Renda Média Salarial



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

4.2 Da Caracterização das Dívidas Percebidas

O objetivo aqui consistiu na identificação das dívidas percebidas, sejam aquelas contraídas em curto prazo ou longo prazo, bem como na capacidade de honrar tais compromissos, tendo por base o volume de endividamento dos respondentes.

A modalidade da chamada “moeda de plástico”, com os cartões de crédito e débito representam a parte majoritária das tomadas de crédito em curto prazo, de giro rápido, com 77% das respostas coletas.

Já no levantamento das contratações de longo prazo, que implicam em investimentos maiores e, por isso, prestações que perduram por vários anos, os financiamentos representam as maiores porcentagens: veículos, com 29% e imóveis, com 25% de respostas.

Já no tocante ao volume de comprometimento das receitas mensais para pagamentos dos créditos contraídos, 61,05% dos respondentes comprometem até 50% do salário mensal para o pagamento das mesmas.

Em destaque, 15,38% dos respondentes afirmaram que comprometem até 50% de sua renda mensal para pagamento dos créditos contraídos. Positivamente, um número de 22,59% dos respondentes compromete até 20% de sua renda mensal.

Santos e Famá (2006) exemplificam que uma maior probabilidade de inadimplência acontece quando o valor da renda é insuficiente, ou muito comprometida, para quitar as prestações do crédito contratado.

Gráfico 05: Contratos de Curto Prazo



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Gráfico 07: Parcela Salário x Dívidas



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Gráfico 06: Contratos de Longo Prazo



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

4.3 Das Razões das Dívidas

Ambos os gráficos aqui apresentados, mais do que evidenciar um ou outro elemento, mostra a relação de razão e impulso da contratação de crédito.

Percebe-se no Gráfico 08 alguns indicadores relevantes, como o parcelamento pela não existência de desconto para pagamentos à vista, queda da renda e falta de planejamento ou má administração dos recursos financeiros.

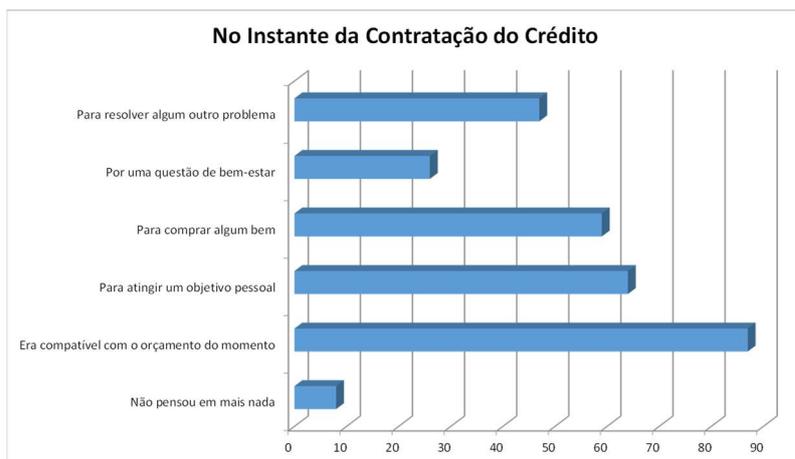
O Gráfico 09 sinaliza majoritariamente que tais razões aconteceram porquê a renda era compatível no momento da tomada do crédito e, por conseguinte, serviu para satisfazer um objetivo pessoal

Gráfico 08:



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Gráfico 09:



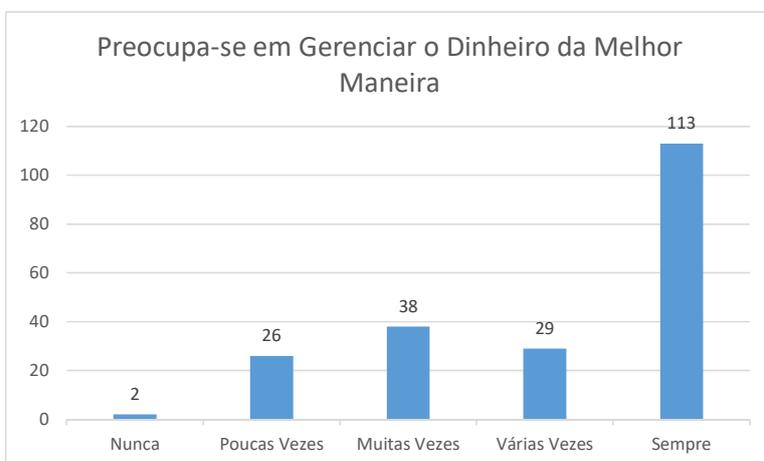
Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

4.4 Das Habilidades Financeiras

Os elementos mais críticos são apresentados nesta sessão, uma vez que trabalham em consonância com as cartilhas de planejamento financeiro pessoal e familiar, como sinalizado por Lima e Silva (2013).

Excepcionalmente nesta sessão, devido a existência de vários gráficos, cada um deles será comentado em sequência aos resultados apresentados.

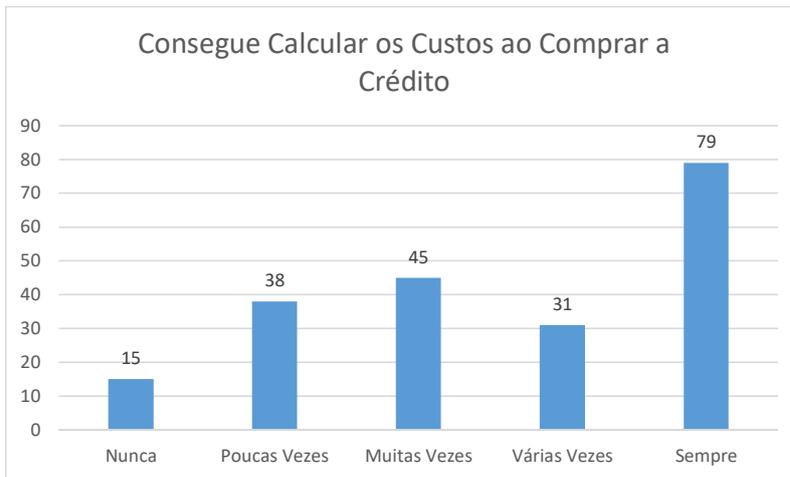
Gráfico 10: Preocupar-se com o Gerenciamento do Dinheiro



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

A grande maioria dos entrevistados, considerando as respostas “sempre” e “várias vezes”, afirmou preocupar-se com o gerenciamento do dinheiro, obtido em 68,26% das respostas. Tal indicador é importante para demonstrar a consciência financeira dos entrevistados e a relação que se estabelece entre consumo x crédito.

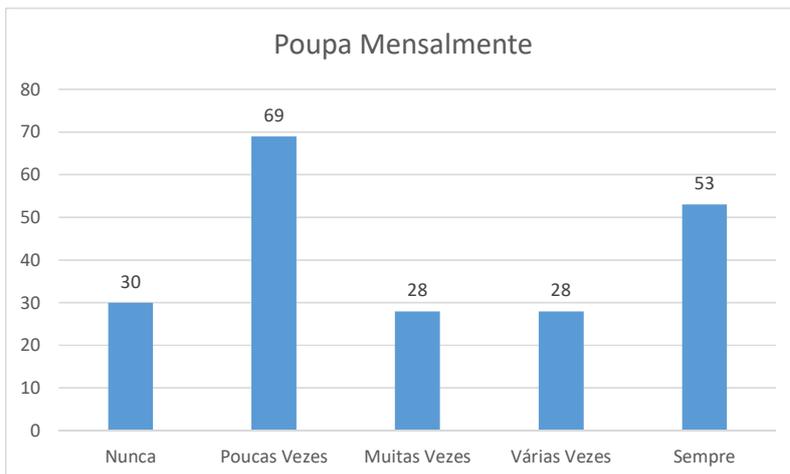
Gráfico 11: Calcular Custos / Compra a Crédito



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Quando questionado sobre a capacidade de calcular os custos de uma operação à crédito, percebe-se uma preponderância sobre a consciência na utilização das diferentes formas de crédito e nos custos implícitos em tal operação. Novamente, é um indicador que oferece uma análise positiva sobre a administração de recursos individuais.

Gráfico 12: Poupar Regularmente

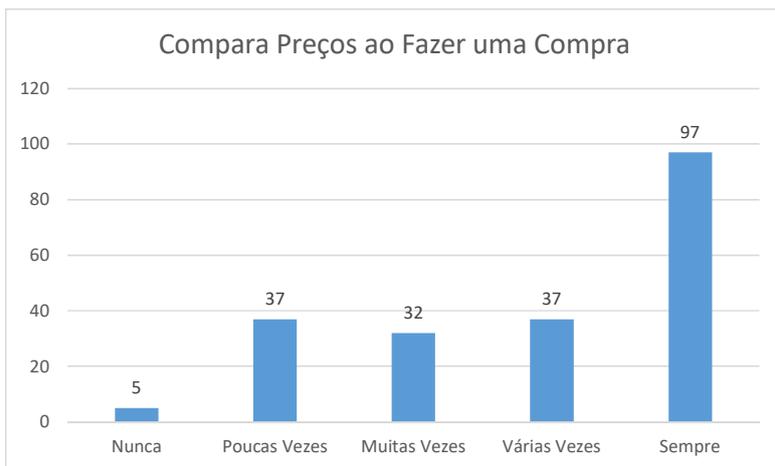


Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

O indicador seguinte, que fala sobre a regularidade dos investimentos, como uma atividade necessária a cada ciclo mensal, já sinaliza uma preponderância individual daqueles que “poucas vezes”, com 33,17%, não faz este aporte mensal.

Isso significa que 1/3 de todos os entrevistados não poupar com regularidade, por escassez de recursos ou hábito adquirido.

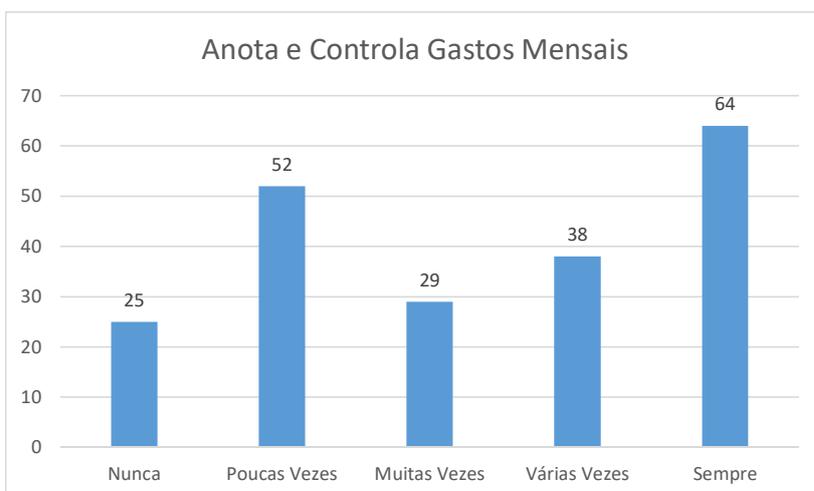
Gráfico 13: Comparar Preços



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

A comparação de preços é outra das habilidades requeridas, uma vez que a mesma possibilita economia real sobre um bem, produto ou serviço adquirido e evita um maior endividamento pessoal. Tal prática foi percebida majoritariamente por 46,63% dos respondentes que afirmaram sempre fazer esta comparação.

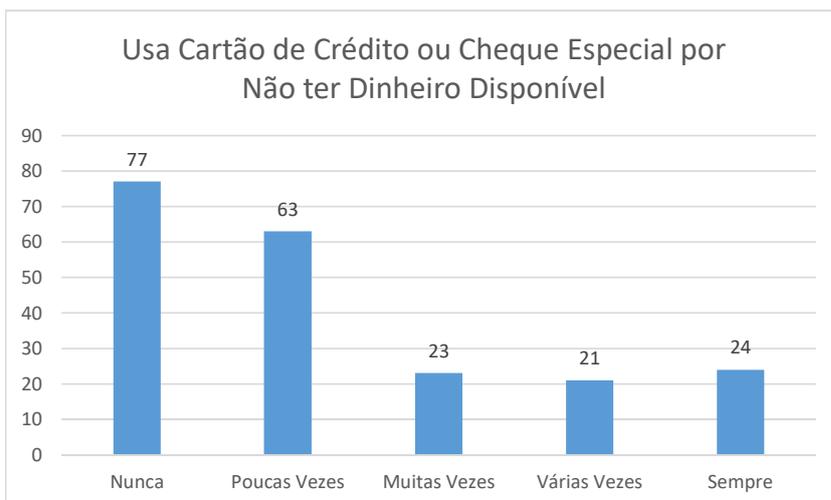
Gráfico 14: Anotar Gastos Mensais



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Entretanto, a nota destes gastos mensais, que contribui para a efetiva compreensão e tomada de decisão em eventos futuros, sofre uma queda importante no número de respondentes, identificando 25,0% dos respondentes que afirmam que poucas vezes fazem estas anotações.

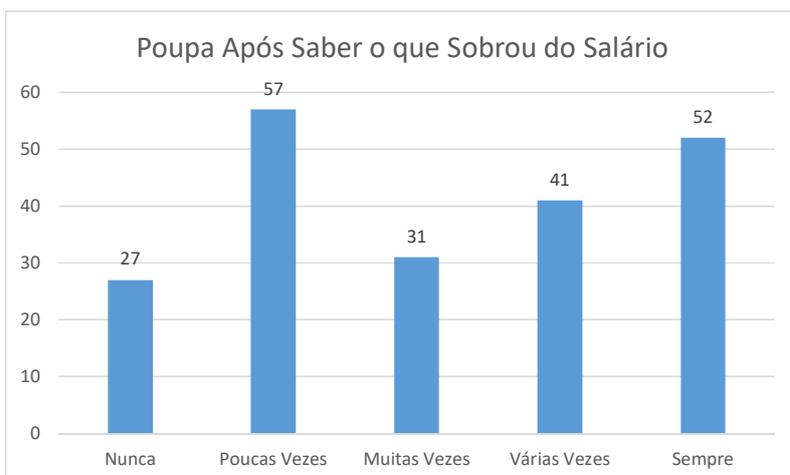
Gráfico 15: Usar Cartão ou Cheque Especial



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Um alento é percebido quando 67,30% dos respondentes afirmam não utilizar o cartão de crédito ou cheque especial para fazer giro financeiro, ou seja, utilizando receita futura para tomada de crédito.

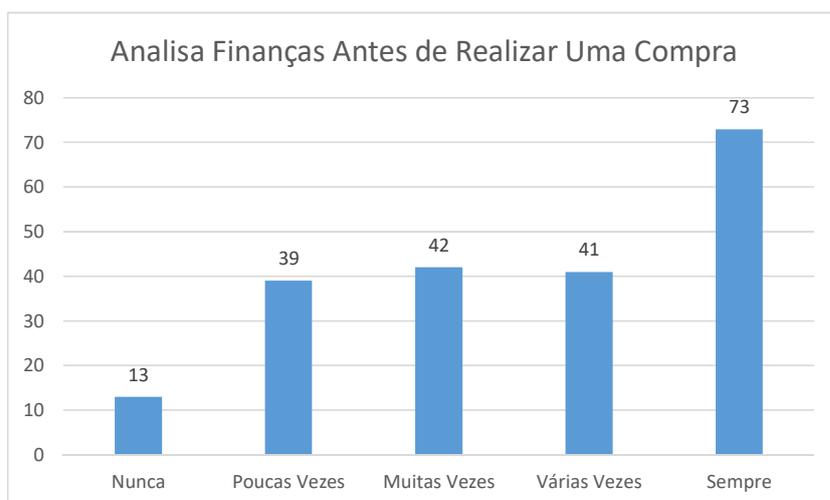
Gráfico 16: Poupar Após Gastos



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Da mesma forma que os gastos não são sempre controlados e anotados, os respondentes afirmaram que 27,40% das vezes não tem o hábito de poupar regularmente após as despesas regulares terem sido pagas. Ou seja, tal montante permanece na conta, não se transforma em investimentos e pode oferecer uma falsa impressão de maior poder financeiro.

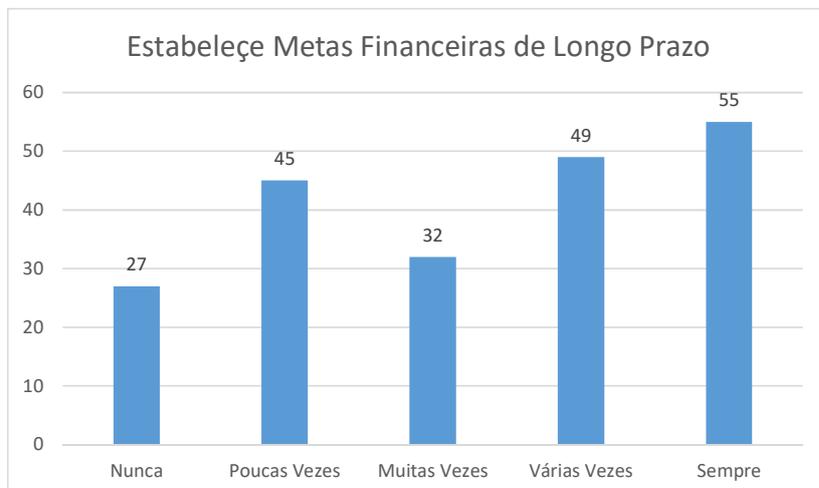
Gráfico 17: Analisar Finanças Previamente



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

O hábito de conferir as finanças antes de uma compra sempre é realizado por 35,09% dos entrevistados. Tal número pode até ser interpretado positivamente, mas considerando que a resposta anterior evidenciou que o excedente não é investido, a tomada de decisão por parte dos respondentes pode sofrer um erro de interpretação na tomada do crédito para aquisição de um bem, produto ou serviço.

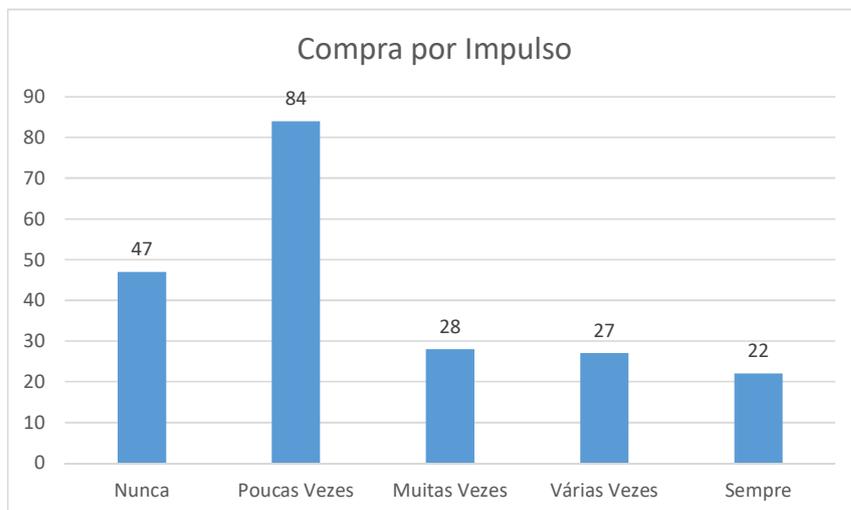
Gráfico 18: Estabelecer Metas Financeiras de Longo Prazo



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Ao se estabelecer metas financeiras de longo prazo, necessárias para a sustentabilidade econômica pessoal, percebe-se uma divisão equilibrada entre aqueles que sempre ou várias vezes faz tal estabelecimento de metas com os demais respondentes.

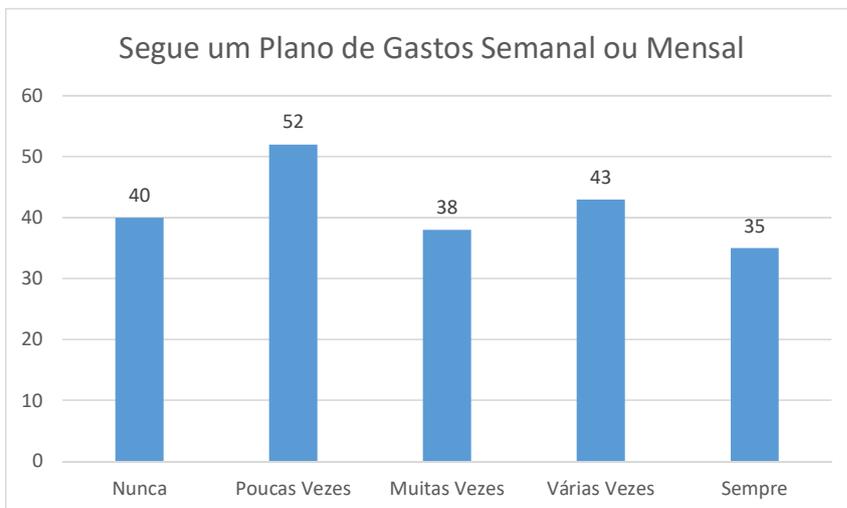
Gráfico 19: Comprar por Impulso



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

A compra por impulso é uma das armadilhas que minam o planejamento financeiro e contribui para o endividamento pessoal e familiar. A ausência desta prática é percebida na grande parte dos respondentes, com 62,98% dos respondentes que afirmam nunca ou poucas vezes cederem aos impulsos.

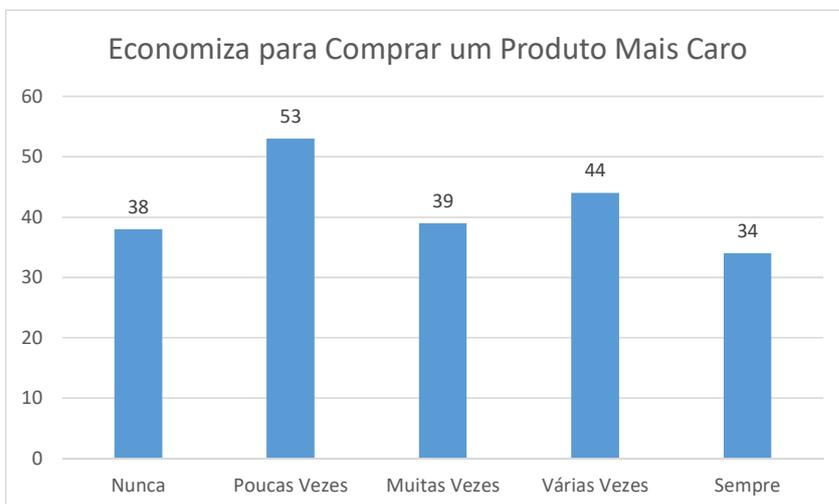
Gráfico 20: Seguir um Plano de Gastos



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Entretanto, 44,23% dos entrevistados afirmam nunca ou poucas vezes realizar um plano de gastos, seja semanal ou mensal. A ausência de tal prática contribui para o baixo desempenho econômico pessoal e conseguinte risco ao endividamento.

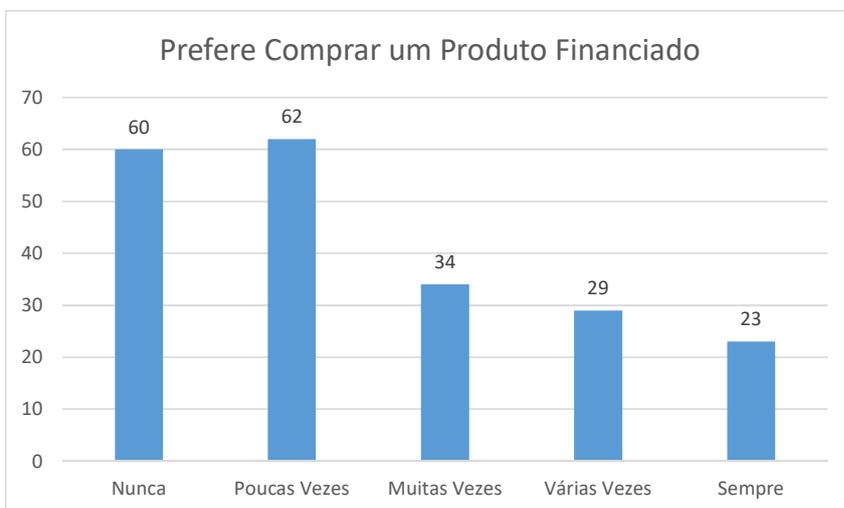
Gráfico 21: Economizar Previamente



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Semelhante ao gráfico anterior, não é prática para 43,75% dos entrevistados economizar previamente para a aquisição de um produto de maior valor. Ou seja, prefere-se à tomada de crédito ao invés da economia prévia como instrumento para aquisição de referido bem.

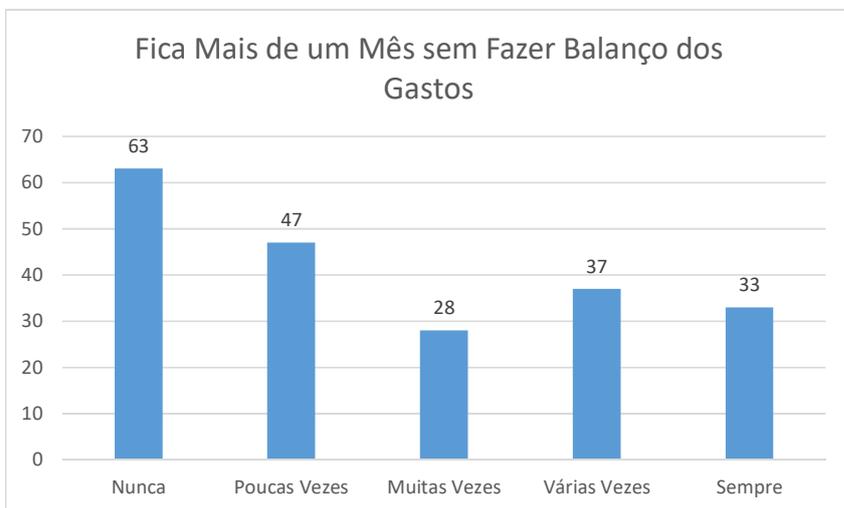
Gráfico 22: Preferir Financiamento



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

A preferência por financiamento não é a alternativa favorita para 58,65% dos entrevistados. Entretanto, face aos resultados analisados até o momento, percebe-se que é uma das formas mais contratadas, mesmo que não seja a preferida.

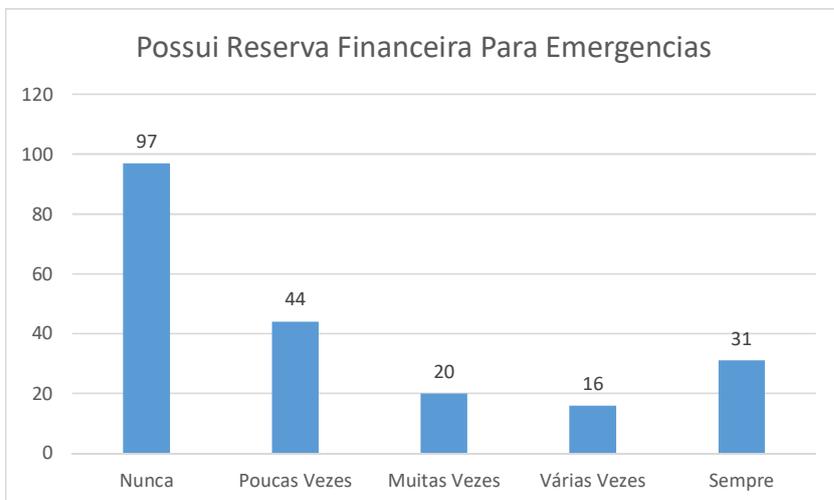
Gráfico 23: Não fazer Balanço Mensal de Gastos



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Assim como não é hábito o controle periódico dos gastos, o balanço destes gastos, comparando-os a outros períodos não é praticado por 52,88% dos entrevistados.

Gráfico 24: Possuir Reserva Financeira

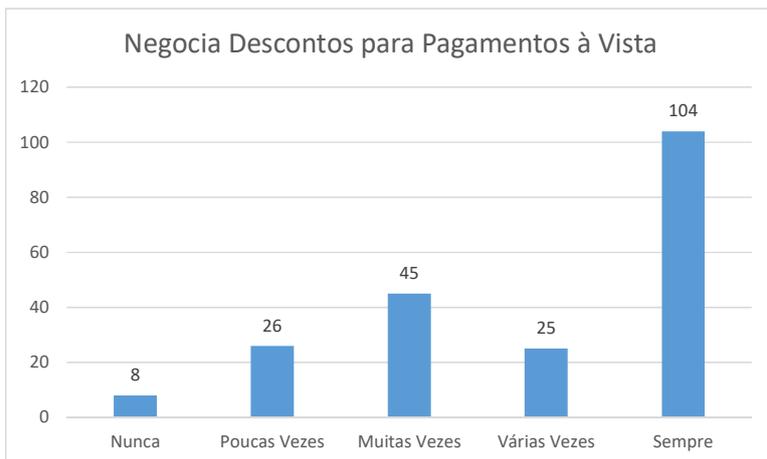


Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

A maioria dos entrevistados, com 67,78% das respostas, afirma que nunca ou poucas vezes possuem reservas financeiras para emergências.

A ausência de reserva financeira é outro importante indicador que sinaliza a real possibilidade de endividamento e posterior tomada de crédito, uma vez que qualquer imprevisto pode abalar negativamente o planejamento financeiro pessoal.

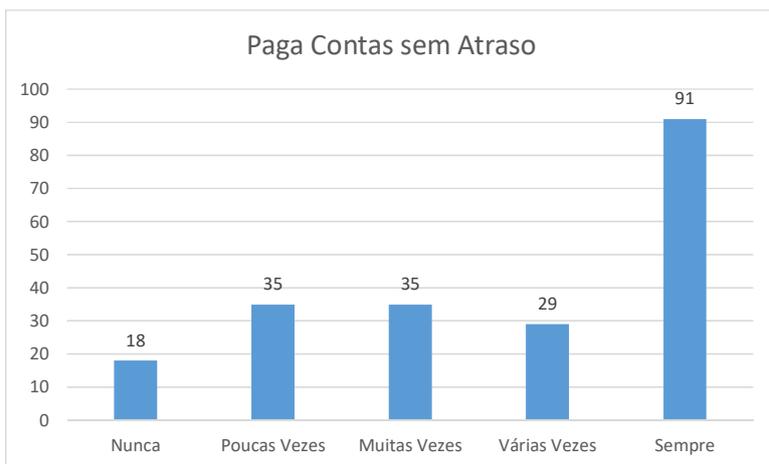
Gráfico 25: Negociar Descontos em Pagamentos à Vista



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Exatos 50,0% dos entrevistados afirma que sempre negociam descontos para pagamento a vista. Tal prática é uma das habilidades que contribuem para a maximização dos resultados econômicos, uma vez que auxilia a empregar menor capital para obtenção de bens, produtos ou serviços e oferece a possibilidade de ganho real ou investimento.

Gráfico 26: Pagar Contas em Atraso



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Sinal de um planejamento financeiro equilibrado, a ausência de pagamento de contas sem atraso é percebida por 43,75% dos respondentes.

A não incidência de juros sobre um crédito contratado é importante para que a administração financeira alcance níveis de sustentabilidade e equilíbrio, capazes de oferecer um horizonte de possibilidades positivas aos respondentes.

5 - CONCLUSÕES

Uma população majoritariamente jovem, ainda no primeiro ou segundo emprego, com pouco tempo de experiência profissional e que busca no ensino superior um acelerador de oportunidades, conhecimento e desenvolvimento foi o percebido ao longo da análise destes dados pesquisados.

De tal forma, é esperado que existam lacunas na administração financeira, por falta de recursos propriamente dita ou mesmo pela ausência de ferramentas capazes de melhorar os resultados com os recursos disponíveis.

Quanto ao acréscimo de recursos e aumento do volume financeiro existente, o trabalho pouco poderia contribuir, uma vez que tais aspectos são consequências naturais da experiência profissional, do conhecimento adquirido e de reflexos macroeconômicos como taxa de desemprego, aumento da atividade produtiva e crescimento dos indicadores econômicos e sociais do país.

Mas, no que tange ao conhecimento e a prática, que foram objeto deste estudo de Iniciação Científica, a contribuição pode vir na forma de enriquecimento deste estudo, com atividades práticas que podem contribuir para a melhora dos indicadores aqui apresentados e discutidos.

A primeira das sugestões é a criação de material informativo, baseado no conhecimento de agências financeiras e de empreendedorismo, que tangem a questão do planejamento financeiro pessoal e que contribuem, nacionalmente, à discussão e disseminação do tema.

A segunda sugestão é a produção de conteúdo interativo e presencial que verse sobre o tema, que explique detalhadamente o risco e as possibilidades de cada uma das modalidades de crédito, o seu correto uso e, até mesmo, o evitar de determinados modelos disponíveis no mercado, especialmente quando se considera a amostra da população aqui pesquisada.

A terceira parte das sugestões de trabalhos futuros diz respeito à transversalidade do conteúdo, uma vez que não impacta apenas um curso de Ciências Sociais ou Exatas, mas é objeto de cada um dos estudantes, de cada curso, independente da área de formação original deste. O tema pode ser discutido em qualquer um dos cursos, aplicando os materiais previamente produzidos como atividades complementares ou atividades de desenvolvimento supervisionado.

A quarta sugestão é a realização de palestras durante eventos, como as Semanas Acadêmicas, onde um grupo heterogêneo participa destes eventos e representa uma singular oportunidade de discussão de um tema amplo e transversal.

A quinta e última sugestão é a transformação desta realidade em cursos complementares, cursos de curta duração ou cursos de extensão, garantindo que as ferramentas sejam apresentadas, discutidas e praticadas por todos os participantes, de forma que o conteúdo seja – efetivamente – disseminado em todas as camadas da sociedade e que, com isso, tais percepções e utilizações dos créditos sejam melhores executadas pelos atores do processo.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, Vitor. **62,2% das Famílias Estão Endividadas**. Agência Brasil. 2018. Disponível em [\[http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-01/percentual-de-familias-endividadas-sobe-de-59-para-622\]](http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-01/percentual-de-familias-endividadas-sobe-de-59-para-622). Acesso em 18/01/2018.
- AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado. **Valores Mobiliários**. 2018. Disponível em [\[https://emitentes.pt/valores-mobiliarios\]](https://emitentes.pt/valores-mobiliarios). Acesso em 05/03/2019.
- ALPARI. **Indicadores Macroeconômicos e Índices**. Disponível em [\[https://alpari.com/pt/analytics/fundamental_analysis/macro_indicators/\]](https://alpari.com/pt/analytics/fundamental_analysis/macro_indicators/). Acesso em: 03/01/2019.
- APB - Associação Portuguesa de Bancos. **Crédito Bancário**. Disponível em [\[http://www.apb.pt/cliente_bancario/servicos_bancarios/credito_bancario/\]](http://www.apb.pt/cliente_bancario/servicos_bancarios/credito_bancario/). 2011. Acesso em 09/01/2018.
- BM&FBOVESPA. **Listados a Vista e Derivativos**. 2016. Disponível em [\[http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/\]](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/). Acesso em 16/01/2019.
- BONOMO, Bruno; MAINARDES, Emerson Wagner; LAURETT, Rozélia. **Compra Não Planejada e Endividamento Pessoal: Uma Análise de Relação**. Revista Administração em Diálogo. Vol.19, n.3, Set/Out/Nov/Dez 2017, p.49-69. 2017. Disponível em [\[https://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/download/32758/23545\]](https://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/download/32758/23545). Acesso em: 18/01/2019.
- BOYD JR, H. W.; WESTFALL, R. **Pesquisa Mercadológica: Texto e Casos**, 6ª ed, Rio de Janeiro: FGV, 1984.
- CAPELATO, Rodrigo. **Teoria Estatal**. DCI - Diário Comércio, Indústria e Serviços, São Paulo, 04/07/2017. Caderno São Paulo, p. 2. 2017.
- CASTOLDI, Agenor. **Elementos de Economia Brasileira I: Uma Visão Geral**. Ijuí, Unijui, 2003.
- CAVALCANTE, Bianca Almeida; MELO, Lilian Mara Lopes de; ALMEIDA, Francisco Valdovir H.. **A Importância da Educação Financeira na Tomada de Decisões: Um Estudo com os Servidores do Centro Administrativo e Financeiro (CAF) do Município de Quixadá-CE**. Revista Expressão Católica, [S.l.], v. 3, n. 1, jun. 2014. ISSN 2357-8483. Disponível em: [\[http://publicacoesacademicas.fcrs.edu.br/index.php/rec/article/view/1334/1126\]](http://publicacoesacademicas.fcrs.edu.br/index.php/rec/article/view/1334/1126). Acesso em 20/04/2019.
- CNDL - Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. **Cartão de Loja e Cartão de Crédito são as Modalidades Mais Contratadas Após Oferta da Instituição Financeira**. 2017. Disponível em [\[http://www.cndl.org.br/noticia/cartao-de-loja-e-cartao-de-credito-sao-as-modalidades-mais-contratadas-apos-oferta-da-instituicao-financeira-mostram-spc-brasil-e-cndl/\]](http://www.cndl.org.br/noticia/cartao-de-loja-e-cartao-de-credito-sao-as-modalidades-mais-contratadas-apos-oferta-da-instituicao-financeira-mostram-spc-brasil-e-cndl/). Acesso em: 09/01/2019.

DESTEFANI, Sônia Maria. **Educação Financeira na Infância**. Revista Eventos Pedagógicos. v. 6, n. 4 (17. ed.), número regular, p. 274-282, nov./dez. 2015. Disponível em [<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/download/2012/1622>]. Acesso em 05/01/2019.

DINO. **Entenda a Importância da Educação Financeira**. Portal de Notícias Terra. Disponível em [<https://www.terra.com.br/noticias/dino/entenda-a-importancia-da-educacao-financeira,e4242aa7dff11142b46c00f43eb8e9851stik26e.html>]. Acesso em 05/01/2019.

FERREIRA, João Francisco de Assis. **Análise de Crédito**. Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, IMESA, Trabalho de Conclusão de Curso. 2010. Disponível em [<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0911260614.pdf>]. Acesso em 10/01/2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Emprego - Janeiro 2016**. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2016/pme_201601pubCompleta.pdf]. Acesso em 02/02/2018.

JASCULSKI, Anderson. **A Estabilização Econômica do Plano Real e o Desenvolvimento Econômico do Período**. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas. 2010. Disponível em [<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26108/000755461.pdf?sequence=1>]. Acesso em 07/01/2018.

LA FORTEZZA, Luciana. **Classe C Muda o Perfil do Ensino**. Disponível em [<https://www.jcnet.com.br/Geral/2014/03/classe-c-muda-o-perfil-do-ensino.html>]. 2014. Acesso em 19/04/2018.

LIMA, Marcelo Prudêncio de. **Literacia Financeira e Endividamento Pessoal: Um Estudo com Alunos de Cursos da Área de Negócios**. Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Dissertação de Mestrado em Controladoria Empresarial. 2016. Disponível em [<http://up.mackenzie.br/stricto-sensu/controladoria-e-financas-empresariais-profissional/teses-e-dissertacoes-detalhada/artigo/literacia-financeira-e-endividamento-pessoal-um-estudo-com-alunos-de-cursos-da-area-de-negocios/>]. Acesso em 03/01/2018.

LIMA e SILVA, M. B. **Educação Financeira para Pessoa Física**. Salvador: Sebrae/BA, 2013.

LUCI, C. R. et al. **A Influência da Educação Financeira nas Decisões de Consumo e Investimento dos Indivíduos**. IN IX SEMEAD, 2006.

LUCENA, W.G.L.; SANTOS, J.M.A.; ASSIS, J.T.; SANTOS, M.C. **Fatores que Influenciam o Endividamento e a Inadimplência no Setor Imobiliário da Cidade de Toritama-PE à Luz das Finanças Comportamentais**. HOLOS, Ano 30, Vol. 6, 2014. Disponível em [<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481547175009>]. Acesso em 22/01/2018.

MENDES, Marcos. **Por Que a Economia Brasileira Foi Para o Buraco**. Brasil Economia e Governo 2015. Disponível em: [<http://www.brasil-economiagoverno.org.br/?p=2585>]. 2017. Acesso em 25/11/2019.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007. 108p.

MUELLER, Antony. **Inflação: Causas e Consequências**. 2011. Disponível em [<http://ordemlivre.org/posts/inflacao-causas-e-consequencias>]. Acesso em 07/01/2018.

NAIME, Laura; CURY, Anay; GASPARIN, Gabriela; CUNHA, Simone; GLENIA, Fabíola. **Entenda o PIB**. Disponível em [<http://g1.globo.com/economia/pib-o-que-e-platb>]. Portal G1 Economia. 2017. Acesso em 03/01/2019.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Education at a Glance 2015**. OECD Indicators. OECD Publishing, Paris, Disponível em: [<https://www.oecd.org/brazil/Education-at-a-glance-2015-Brazil-inPortuguese.pdf>]. Acesso em 18/01/2019.

OLIVERI, Maria de Fátima Abud. **Educação Financeira**. Revista Eniac Pesquisa. Disponível em [<https://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/108>]. Volume 2, Edição 1. 2013. Acesso em: 05/01/2018.

PAIVA, John Taylor. **O Segredo Da Educação Para Saúde Financeira**. Clube de Autores, 2009. 200 p.

PICCINI, Ruberlan Alex Bilha; PINZETTA, Gilberto. **Planejamento Financeiro Pessoal e Familiar**. Unoesc & Ciência - ACSA, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 95-102, jun. 2014. ISSN 2178-3446. Disponível em: [<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/acsa/article/view/4555>]. Acesso em: 21/04/18.

SANTOS, Adla Carla; SILVA, Maciel. **A Importância do Planejamento Financeiro no Processo de Controle do Endividamento Familiar: Um Estudo de Caso nas Regiões Metropolitanas da Bahia e Sergipe**. Revista Formadores, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 05-17, set. 2014. ISSN 2117-7780. Disponível em: [<http://seer-adventista.com.br/ojs/index.php/formadores/article/view/396/413>]. Acesso: 21/04/18.

SANTOS, José Ordálio dos; FAMÁ, Rubens. **Avaliação de estratégias para redução do risco de inadimplência em carteiras de crédito bancário e rotativo de pessoas físicas**. Revista Contabilidade & Finanças. São Paulo, v. 17, n.42, set/dez, 2006.

SERASA. **Inadimplência Cresce no País: Como Manter Sua Empresa Protegida**. Disponível em [<https://www.serasaexperian.com.br/financas/inadimplencia-cresce-no-pais-como-manter-sua-empresa-protegida/>]. Acesso em 22/01/2018.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC. 2005.

SOUZA, Ludmila. **Aumenta Número de Brasileiros das Classes C e D Concluintes de Curso Superior**. Disponível em [<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-08/aumenta-numero-de-brasileiros-das-classes-c-e-d-concluintes-de-curso>]. 2017. Acesso em 19/04/2018.

SOUSA, A. F.; TORRALVO, C. F. **A Gestão dos Próprios Recursos e a Importância do Planejamento Financeiro Pessoal**. VII Semead, 2004.

STUMPF, Kleber. **Fundos de Investimentos x Clubes de Investimento**. 2017. Disponível em [<https://topinvest.com.br/fundos-de-investimento-x-clubes-de-investimento/>]. Acesso em 17/01/2018.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo:Atlas, 2016.

VIEIRA, Saulo Fabiano Amancio; BATAGLIA, Regiane Tardiolle Manfre; SEREIA, Vanderlei José. **Educação Financeira e Decisões de Consumo, Investimento e Poupança: Uma Análise dos Alunos de Uma Universidade Pública do Norte do Paraná**. DOI: 10.15600/1679-5350/rau.v9n3p61-86. Revista de Administração, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 61-86, dez. 2011. ISSN 1679-5350. Disponível em: <<http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/345/477>>. Acesso em: 21 abr. 2019.